

O Esporte brasileiro entre dilemas epistemológicos: da acusação à busca por absolvição

The Brazilian Sport of epistemological dilemmas: prosecution of the search for absolution

CORRÊA, A J; SILVA, M M e; SEVEGNANI, P; FIGUEÔRA, K M; MEZZADRI, F M. O Esporte brasileiro entre dilemas epistemológicos: da acusação à busca por absolvição. **R. Bras. Ci. e Mov.** 2014; 22(3): 118-125

RESUMO: O presente ensaio visa remontar as fontes utilizadas no “processo jurídico”, a que o Esporte fora acometido a partir da década de 1980 no Brasil. Nessa ambiência, os primeiros autores da Educação Física brasileira incitaram o surgimento de uma “crise” epistemológica na área. Situados neste contexto, alguns intelectuais compuseram um compêndio de “provas” intimando o Esporte à “corte”, demonstrando que sua manifestação estaria reproduzindo as lógicas da sociedade capitalista, expondo, com isso, a infância e juventude que ambienta a escola a determinados malefícios. Aponta-se que o Esporte foi “condenado”, mais por um viés epistemológico do que por uma intimação do mesmo em si. A título de conclusão, o artigo indica que as fontes devem ser remontadas.

Palavras-Chave: Esporte; Educação Física; Epistemologia; Escola.

ABSTRACT: This essay aims to go back the sources used in the “legal process”, in which sport had been subjugated from the 1980s in Brazil. In this context, the first Brazilian Physical Education authors stimulated the emergence of an epistemological “crisis” in the area. Set in this context, some intellectuals composed a compendium of “evidence” requiring the sport to the “Court”, demonstrating that its expression would be reproducing the capitalist society logic, exposing the childhood and youth that contextualize school to certain evils. Sport was “sentenced” more by an epistemological bias than by intimation. In conclusion, the article indicates that the sources must be revisited.

Key Words: Sport; Physical Education; Epistemology; School.

Aline Jorge Corrêa¹
Marcelo Moraes e Silva¹
Palmira Sevegnani¹
Katuscia Mello Figueira¹
Fernando Marinho Mezzadri¹

¹ UFPR

Recebido: 22/02/2014
Aceito: 16/07/2014

Introdução

Quando será que aprenderemos que há certas coisas que só começaremos a perceber quando nos dispusermos a remontar às fontes¹.

Um dos sentidos mais usados cotidianamente para a palavra “remontar” é dar um novo significado ao antigo. Essa é a maior provocação de Saramago na epígrafe utilizada acima. O escritor portuguesa aponta que para aprender e dar novos significados para determinadas coisas é necessário lançar olhares mais polissêmicos sobre o que já foi explorado. Essa originalidade sobre produções cristalizadas numa epistemologia da Educação Física é a principal ambição do presente ensaio, pois a provocação exposta por Saramago pode ser salutar para compreender as tramas do debate ocorrido no Brasil, a partir dos anos 1980, em relação à temática do Esporte.

Neste período, marcado por novas estruturas da sociedade brasileira, verificou-se que uma nascente epistemologia crítica da área levou o Esporte ao “banco dos réus”. Juntaram “provas” e apresentaram as mesmas à “corte”. Acusando com veemência, acabaram levando o “réu” à condenação²⁻⁶. Este conjunto de trabalhos tornou-se o primeiro grupo de fontes utilizadas na elaboração do presente ensaio. A “sentença” emitida por estes autores foi um apontamento da necessidade das práticas esportivas elaborarem novas pedagogias, principalmente se as mesmas tivessem relação com os processos de escolarização. Afinal era “necessário” preservar a infância e juventude dos malefícios que o Esporte poderia acarretar em suas formações. Baseado nesta sentença foi que surgiu o conjunto de obras que constituíram o segundo bloco de análise deste estudo^{7,8,9,14,15}. Reflexões que buscaram elaborar novas pedagogias críticas para o ensino do esporte nas escolas brasileiras.

Sendo assim, suscitados pela provocação de Saramago, convida-se o leitor a remontar as fontes utilizadas durante todo esse “processo jurídico”, para compreender quais foram as condições presentes no julgamento epistemológico que levou o Esporte à condenação pela Educação Física brasileira.

Tramas do “caso”: as investigações que levaram o Esporte à “corte”

Até meados dos anos 1960, a Educação Física brasileira ainda não tinha um respaldo científico propriamente dito¹⁰. Somente a partir de 1970, com a criação das entidades científicas e dos primeiros programas de pós-graduação, as pesquisas científicas foram se estabelecendo mais fortemente na área.

Ora, o fato do campo acadêmico da EF incorporar cada vez mais intensamente as práticas científicas, não só conhecimento científico (isso no Brasil se dá mais intensamente na década de 70), determinou a criação de entidades científicas próprias, realização de eventos científicos próprios, criação de cursos de pós-graduação, definição de programas de apoio à pesquisa, etc.¹⁰.

A necessidade de firmar novas instituições, para promover pesquisas científicas, estava relacionada à importância da consolidação da Educação Física enquanto área científica. No entanto, todo o fomento à pesquisa, que se iniciou nesse período, esteve voltado ao Esporte. Somente no final da década de 1970, incentivada pelo enfraquecimento da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) e o início do processo de redemocratização do Brasil, é que surgiu na área uma busca por aportes teóricos amparados nas ciências humanas¹¹.

Um dos trabalhos considerados pioneiros nesta aproximação foi o livro escrito em 1983, por Vitor Marinho de Oliveira, obra na qual se inicia um debate epistemológico sobre o significado do que seria Educação Física³. Em seu livro “O que é Educação Física?”, o autor advogava que os discursos advindos das ciências humanas deveriam balizar as práticas da Educação Física. Nessa visão, a análise recaiu principalmente sobre a concepção esportiva. Oliveira, assim como muitos intelectuais na época^{2,4,5} acreditava que o Esporte possuía apenas uma subserviência à reprodutibilidade e um cálido consentimento de sua situação social. Na visão do autor, seria necessário revolver o que se passou anteriormente para poder melhor constituir a Educação Física, buscando, com isso, uma argumentação que demonstrasse que a Educação Física não deveria ser considerada sinônimo de Esporte e, se ela não é somente esporte, por que apenas se trabalha Esporte nas práticas pedagógicas relacionadas à Educação Física? Esta questão passa a ser guia de uma série de reflexões de outros teóricos do incipiente âmbito acadêmico da Educação Física brasileira.

Outra obra central deste período foi o livro publicado também em 1983, por João Paulo Medina, intitulado “A Educação Física cuida do Corpo... e ‘mente’”. Trata-se de uma obra que tem como temática central o discurso da necessidade de uma “crise epistemológica” para a Educação Física:

A Educação Física precisa entrar em crise urgentemente. Precisa questionar criticamente os seus valores. Precisa ser capaz de justificar-se a si mesma. Precisa procurar a sua identidade. É preciso que seus profissionais distingam o educativo do alienante, o fundamental do supérfluo de suas tarefas. É preciso, sobretudo, discordar mais, dentro, é claro, das regras construtivas de um diálogo. O progresso, o desenvolvimento, o crescimento advirão muito mais de um entendimento diversificado das possibilidades da Educação Física do que através de certezas monolíticas que não passam, às vezes, de superficiais opiniões ou hipóteses².

A “crise” viria a construir um objeto de estudo em que os profissionais poderiam se respaldar para o desenvolvimento de suas pesquisas, ao mesmo tempo em que poderiam solidificar uma nova base teórica para a área². Assim como Vitor Marinho Oliveira³, o caminho apontado seria um contato com as ciências humanas. Nessa aproximação com as humanidades, os dois autores^{2,3} seriam os primeiros nomes de maior destaque, vindo depois a influenciar uma série de intelectuais brasileiros a apontarem uma necessidade de pensar a Educação Física a partir deste enfoque.

Foi no bojo dessa turbulência de dissensões teóricas, que Kátia Brandão Cavalcanti publicou, em 1984, o livro “Esporte para todos: um discurso ideológico”⁴. Nele, a autora expressou como o Esporte, ao ser pensado para as massas, procurava satisfazer uma política assistencialista, que acabava por reproduzir a competitividade do mercado, perpetuando assim os moldes da sociedade capitalista. O estudo proposto caminhou sob as bases dos documentos que auxiliaram a constituição do EPT (Esporte para Todos) no Brasil. No intento de elencar uma crítica sobre o mesmo, Cavalcanti apontou que o Esporte era utilizado para permear uma conformação entre o indivíduo e a sociedade em que ele se insere.

Nessa ambiência ocorreu uma primeira produção de conhecimento, advinda da necessidade de respaldar uma prática que não perpetuasse o Esporte tal como este estava constituído, mas, por um novo viés amparado nas ciências humanas. A remontagem destas fontes, dentro dos moldes levantados por Saramago, indica-se que tais autores inauguraram a forte dicotomia presente na área até os dias atuais, ou seja, inicia-se na Educação Física brasileira um confronto entre os paradigmas biológico pedagógico/sociocultural^{10,11}. Tais embates mudariam os rumos da área e o fenômeno esportivo estaria no centro desta disputa de poder dentro do campo epistemológico¹⁰.

O Esporte no “banco dos réus”: as intimações da “promotoria”

Em paralelo às circunstâncias anteriores, formaram-se diversas teorias sociofilosóficas, que buscavam apreender o fenômeno esportivo enquanto manifestação política-cultural de uma sociedade industrial¹². Pautados nessas visões críticas de estruturação da sociedade capitalista, alguns intelectuais brasileiros foram designados como “promotores”⁴⁻⁶, colocando o Esporte, desta forma, no “banco dos réus”.

Uma das principais linhas de acusação utilizadas pela “promotoria” foi relacionada ao materialismo histórico dialético. Tal matriz teórica reporta-se ao Esporte como um mecanismo da sociedade capitalista, comparando os atos, gestos e disciplina esportiva à submissão exercida pelo trabalhador ao capital¹². As denúncias marxistas ao Esporte ganham densidade epistemológica com a entrada de produções acadêmicas no país oriundas das reflexões da Teoria Crítica do Esporte (TCE), realizadas no contexto europeu dos anos 1960 e 1970. Segundo esta corrente de pensamento, o Esporte, por representar todos

os elementos da sociedade industrial, acaba contribuindo com o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, as práticas esportivas devem então ser repensadas e/ou mesmo descartadas enquanto elementos culturais. Cria-se neste momento na Educação Física brasileira uma importante vertente do pensamento crítico. Com isso surgem inúmeros grupos de pesquisa e intelectuais dedicados ao tratamento destas questões. Tais reflexões, tanto no âmbito da Educação Física escolar como no do lazer/esportes, produziram críticas contundentes ao fenômeno esportivo^{10, 12, 13}.

Tais delações críticas alcançam seu ápice no contato que os intelectuais da Educação Física tiveram com os discursos que circulavam no âmbito pedagógico brasileiro. Afinal, diversos destes teóricos da Educação Física foram realizar suas formações em nível de pós-graduação em programas da área de Educação^{10, 11}. A partir desses encontros epistemológicos surgiram novos olhares, que acabaram fomentando a nascente produção teórica em ciências humanas da Educação Física.

A TCE ganha espaço no Brasil em paralelo com a presença, nas ciências da educação, de uma tentativa de superação de pedagogias que se entendia serem descomprometidas com as transformações sociais advogadas no final dos anos de 1970. A educação física fez encontrar esses dois vetores, uma vez problematizado o fato de o esporte ser seu conteúdo hegemônico na escola, o que fez com que aquele movimento teórico ganhasse entre nós uma expressão insuspeitada, vindo a compor parte da consolidação da área de conhecimento, processo ainda em desenvolvimento¹³.

Conforme se verificou, a TCE, o discurso pedagógico brasileiro e o materialismo histórico dialético proporcionaram, naquele momento histórico, o respaldo epistemológico que os estudos advindos da ruptura ocorrida durante a “crise de identidade” da Educação Física necessitavam. Pôde-se constatar, com isso, que os intelectuais da área, concentrados especificamente nos estudos pedagógicos, incitaram questionamentos sobre o Esporte. Nesse contexto, as práticas esportivas sofreram ardorosas acusações do nascente discurso epistemológico^{10, 12, 13}.

Vaz e Torri¹³, apontam que, influenciadas por esta maneira de pensar, as obras apresentadas por Cavalcanti e Bracht^{4,5} foram as que ganharam maior destaque na acusação ao Esporte. Cavalcanti apontava que o Esporte era um “vilão”. Seu principal “crime” seria o de imbricar sobre as massas a ideologia da sociedade capitalista⁴. Já Bracht, em texto denominado “A Criança que Pratica Esporte Respeita as Regras do Jogo... Capitalista”, também argumentou sobre a relação entre a manifestação esportiva e o capitalismo. Contudo, o autor explanou mais especificamente sobre a função educativa do Esporte, fundamentado principalmente na discussão acerca da Educação Física escolar.

Dessa forma, são visões a-históricas do papel social da Educação Física, como também, circunscrevem-se no âmbito das teorias a-críticas da Educação (Saviani, 1984), por não reconhecerem os condicionantes sociais da Educação, Educação Física e atividade pedagógica. [...] Neste sentido, não podemos prescindir de uma análise crítica que possa identificar o papel social que a Educação Física concretamente cumpre nesse momento histórico da nossa sociedade⁵.

Além de Cavalcanti e Bracht^{4,5}, outro intelectual que também atuou com bastante destaque na “promotória” foi Mauro Betti. Embora o autor tenha se afastado do pensamento materialista histórico-dialético, em seu livro “Esporte e Sociedade”, publicado em 1991, o mesmo se apropria de elementos da Teoria Crítica do Esporte e do pensamento pedagógico brasileiro.

(...) o esporte deve ser introduzido na escola, não somente por suas virtudes educativas, mas porque muitas pessoas praticam alguma atividade esportiva durante suas vidas, e devem ser ensinadas a praticá-la bem para dela tirarem satisfação e proveito. Mesmo aqueles que ao sair da escola tornam-se apenas consumidores passivos do esporte, devem aprender a assumir uma posição crítica diante do fenômeno esportivo⁶.

Entretanto, Betti, diferentemente de Cavalcanti⁴ e Bracht⁵, buscou realizar uma reapropriação esportiva. Somente agindo desta maneira, na opinião do autor, é que o fenômeno esportivo teria sua presença tolerável no âmbito escolar. Ao remontar este conjunto de fontes detecta-se que apesar de apresentar diferenças significativas em sua matriz de pensamento, os discursos apresentados naquele momento por Cavalcanti, Bracht e Betti^{4,5,6}, continuam a veemente afirmação de que o Esporte deveria ser “condenado”. Diversamente de Cavalcanti⁴, que argumentava sobre uma educação de sentido mais amplo para o fenômeno esportivo, Bracht e Betti^{5,6} apontavam a necessidade de voltar esse olhar para o espaço escolar e para as crianças que habitam este espaço. Nesse sentido, é possível afirmar que estavam criadas as bases epistemológicas de uma Educação Física escolar, que ganha grande força no Brasil, no final da década de 1980 e início da década de 1990.

Esporte e infância: os olhares voltados para as interferências do “réu” na escola

Para solucionar tais questões, inicia-se na área uma produção acadêmica que começa a pensar nas possibilidades para a Educação Física escolar. Observa-se que tais estudos que propuseram encontrar algum significado para a área, dentro da lógica das ciências humanas, principalmente pela aproximação com o discurso pedagógico, acabaram mostrando uma preocupação com a infância e juventude que ambienta o espaço escolar. Este alerta já tinha sido emitido em 1983, por Vitor Marinho de Oliveira:

O fascínio pela superação, intrinsecamente, não é um fato bom nem mau. Levado a extremos, cria sérias deformações. Nas escolas, a busca de campeões conduz

à especialização prematura, inibindo o desenvolvimento do potencial psicomotor das crianças. Destas, passa a ser cobrada uma perfeição técnica na execução dos gestos esportivos. Os alunos passam a ser encarados como futuros atletas e não, simplesmente, como pessoas. As influências tecnicistas fazem com que a atividade do jogo esteja sistematicamente voltada para o desempenho e para os resultados de alto nível. Nesse caso, os menos habilidosos, que seriam os maiores beneficiários do esporte, são marginalizados e preteridos em benefício dos talentos. A Educação Física pode permitir essa discriminação?³

Define-se a partir deste momento histórico a necessidade de procurar construir uma Educação Física escolar que, em seu currículo, protegesse a infância e a juventude de qualquer excedente que o Esporte pudesse ocasionar.

Assim, como vimos, realmente o esporte educa. Mas, educação aqui significa levar o indivíduo a internalizar valores, normas de comportamento, que lhe possibilitarão se adaptar à sociedade capitalista. Em suma, é uma educação que leva ao acomodamento e não questionamento. Uma educação que ofusca, ou lança uma cortina de fumaça sobre as contradições da sociedade capitalista. Uma educação a serviço da classe dominante⁵.

Pode-se verificar que a preocupação, tanto de Oliveira³ como de Bracht⁵, era em demonstrar as mazelas que o Esporte apresentava para o contexto em que a criança está inserida. Tal perspectiva deu escopo a uma argumentação pedagógica progressista, que tinha em sua gênese uma nova forma de se relacionar com a Educação Física na escola.

Na esteira destas argumentações sobre o Esporte, Educação Física e Infância, surgiram outras reflexões teóricas no início da década de 1990. Elenor Kunz⁸ ao pautar-se em elementos da Teoria Crítica do Esporte, apontou que as “dimensões inumanas do esporte” acabavam interferindo negativamente na infância, na forma de uma especialização precoce. O autor apresentou uma acepção de rendimento esportivo e o jovem inserido neste âmbito estaria sempre buscando o seu ápice. Esta especialização precoce estaria contribuindo, na opinião de Kunz, para a “desumanização” dos jovens. Para o autor, o Esporte de rendimento estaria extrapolando de tal forma os princípios humanos, que seria necessário buscar uma solução para o *doping* e para a especialização precoce, pois estes problemas poderiam levá-lo à sua autodestruição, ao fim, bem como de seus praticantes⁸. Verifica-se que o Esporte deveria ser denunciado sob a concepção de exageros, que deturpa a infância e alimenta essa relação político/econômica que se constituiu no âmbito esportivo. Portanto, os que buscam mostrar com veemência os aspectos positivos da prática do esporte para crianças na verdade concentram seus esforços no sentido de salvar mais o esporte do que a criança que o pratica⁸.

Como visto, existiu uma clara tentativa de Kunz em expor uma condenação da prática esportiva. Seria como se toda ação realizada no âmbito esportivo conduzisse a

uma especialização; e, se essa especialização fosse precoce, seria dever ético e moral, enquanto professor de Educação Física, de reprimir/extinguir a sua prática no âmbito escolar, protegendo, dessa forma, a infância dos “malefícios” do Esporte. O autor ainda alega que os discursos que respaldam as benesses dessa prática na infância, acabaram por desconsiderar e/ou consentir este tipo de excesso⁸.

Nessa mesma linha ética e moral, Betti afirmou que o Esporte no âmbito escolar não deve ser a base de trabalho do professor de Educação Física. A preocupação deste não deve estar voltada ao rendimento do aluno/atleta no espaço escolar. Para o autor, o professor deve demonstrar para o aluno/criança o caráter instrumental do Esporte, incitando que o trabalho docente em Educação Física deve ser realizado abrangendo outras práticas que, efetivamente, contribuam para a formação da criança e não para a sua conformação à sociedade capitalista⁶.

Amparados nestas diversas premissas teóricas, alguns intelectuais começaram a buscar uma nova forma de ensinar a Educação Física nas escolas. Nesse contexto, buscou-se constituir uma forma de “redenção” da prática esportiva, para que esta pudesse vir a ser instituída nos processos de escolarização.

Em busca da “absolvição”: a “idealização” de uma nova prática esportiva

Após esse período de críticas ao fenômeno esportivo, começou a apresentar-se como efeito desse pensamento crítico a necessidade de um novo olhar que buscasse a superação do modelo esportivo convencionalmente proposto. Torna-se importante destacar que, apesar das propostas pedagógicas buscarem alcançar todos os âmbitos sociais, suas críticas se especificaram para o Esporte presente na escola. Nesse sentido, os intelectuais brasileiros pensaram estas mudanças direcionando seu olhar para a Educação Física escolar, mais precisamente para a utilização do Esporte como conteúdo de ensino. Assis de Oliveira, um dos autores que tentaram buscar um novo significado para o Esporte nas aulas de Educação Física, argumentou da seguinte maneira:

A escola, entendida como espaço de intervenção, é um local privilegiado de construção de um “novo esporte”, que surge das críticas ao “velho esporte” e, contraditoriamente, do imenso fascínio que ele exerce sobre adultos e crianças, com a institucionalização de temas lúdicos, e das possibilidades emancipatórias com que ele possa se configurar⁹.

A remontagem destas fontes, dentro dos moldes de Saramago, possibilitou visualizar que foi a partir do encontro com a Teoria Crítica do Esporte, com o materialismo histórico dialético e com as concepções pedagógicas, que ocorreu a formação de uma nova perspectiva de apropriação do Esporte pela instituição escolar. Nesse panorama, apreendeu-se que tanto o Esporte quanto a própria Educação Física, ao receberem críticas

voltadas ao seu modelo, obtiveram a justificativa de se apropriar do espaço das aulas de Educação Física, na tentativa de superar o modelo social vigente e, assim, formalizar uma educação voltada para a construção de um indivíduo crítico e emancipado e sintonizado com os interesses das classes populares. Nessa busca por uma “absolvição” do Esporte, se apresentaria a constituição de pedagogias esportivas que pudessem sanar os males apontados, reconhecendo o espaço escolar como um local que pudesse promover essa mudança “redentora”.

Estas premissas teóricas se manifestaram no livro “Metodologia do Ensino de Educação Física”. Este Coletivo de Autores, baseado principalmente num referencial marxista, apontou em sua concepção “crítico-superadora” que o Esporte deveria ser ensinado com todas as suas regras e gestos, porém não devia permitir, em hipótese alguma, que a aula fosse uma reprodução técnica. Assim, apresenta-se a exigência de desmistificar o esporte através da oferta, na escola, de um conhecimento que permita aos alunos crítico-lado dentro de um determinado contexto social⁷.

Além da tentativa de sistematizar uma base epistemológica para o currículo da Educação Física a ser ensinada nos espaços escolares, destaca-se que a proposta expressa neste Coletivo de Autores apresentou de uma forma inicial as importantes conceituações de “Esporte na escola” e “Esporte da escola”⁷. Nestes primeiros passos pedagógicos, os autores não sugeriram um caráter efetivamente prático, mas buscaram estabelecer uma base epistemológica perante uma pedagogia esportiva escolar. Contudo, tais reflexões não constituíram um aprofundamento em torno da temática. Muito pelo contrário, esta obra contribuiu significativamente para a produção de uma “desconfiança”, presente até os dias atuais, sobre a existência de uma função educativa do fenômeno esportivo. Uma tematização do esporte como objeto de ensino da Educação Física somente se materializa posteriormente nas obras de Vago¹⁴, Caparroz¹⁵ e Assis de Oliveira⁹.

Vago¹⁴, no texto “O ‘Esporte na escola’ e o ‘Esporte da escola’: da negação radical para uma relação de tensão permanente - Um diálogo com Valter Bracht” indica que o “esporte na escola” estaria subordinado aos códigos da instituição esportiva, abrangendo apenas a reprodutibilidade dos seus gestos e técnicas. Para o autor, assim como para Caparroz¹⁵, a “redenção” ocorreria somente através da nova conceituação de “esporte da escola”. Nesta definição, se poderia obter uma racionalização crítica sobre o fenômeno esportivo e sua inserção social, alcançando, assim, a sua “libertação” por meio de um repensar sobre o Esporte, aonde os alunos poderiam adquirir certa autonomia para propor a prática esportiva dentro do espaço da escola¹⁴.

Apesar de não se referir diretamente às definições de “esporte na escola” e “esporte da escola”, Kunz⁸ também apresentou elementos que convergem para tais conceituações, principalmente ao formular uma nova concepção de ensino para ser trabalhada no espaço escolar. Também partindo das concepções críticas do Esporte, o autor advoga que seria através da liberdade de

movimentação corporal que o aluno poderia aprender a tornar-se independente frente às coerções impostas pela sociedade capitalista. Dessa forma, poderia fornecer bases para a transformação didático pedagógica, instrumentalizada a partir da sua pedagogia “crítico-emancipatória”:

Para uma instituição repressiva como o esporte, a libertação de uma coerção auto-imposta implica, para uma pedagogia crítico-emancipatória, uma nova forma de coerção, desta vez imposta pelos próprios professores. [...] Afinal, compreender o esporte nos seus múltiplos sentidos e significados para nele poder agir com liberdade e autonomia exige, além da capacidade objetiva de saber efetivamente praticar o esporte, ainda a capacidade de interação social e comunicativa. *Implica dizer que o esporte, na escola, não deve ser algo apenas para ser praticado, mas sim estudado (Afinal, para que se vai à escola?), o que passa a ser uma exigência um pouco mais “pesada” do que a simples prática*⁸. (grifos nossos).

A proposta do autor é a de que o professor exerça uma ação educativa sobre o questionamento da prática esportiva, proporcionando ao aluno uma visão crítica do mesmo, podendo assim contribuir para a sua emancipação. A concepção de ensino levantada por Kunz⁸, juntamente com a metodologia crítico-superadora, elaborada pelo Coletivo de Autores⁷, tornaram-se os principais referenciais das pedagogias críticas da Educação Física no Brasil. Porém, a concepção crítico-emancipatória apresentada por Kunz difere da abordagem crítico-superadora, principalmente no aporte epistemológico, visto que as análises propostas pelo Coletivo de Autores se pautam, em especial, num referencial marxista e visam a um ensino baseado nos interesses da classe trabalhadora. Já a metodologia crítico-emancipatória se baseia, além da Teoria Crítica do Esporte, na fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty e tem como objetivo a formação de sujeitos críticos e autônomos para transformação (ou não) da realidade em que estão inseridos, por meio de uma educação de caráter crítico e reflexivo¹⁶. Nesse sentido, proposta do autor é que o espaço escolar, assim como o próprio Coletivo de Autores⁷, deve-se voltar à abertura de uma nova possibilidade frente ao confronto com o fenômeno esportivo. Nele, resigna-se a expectativa de construção de uma concepção que consiga superar a técnica, colocando o corpo em movimento como eixo desse novo olhar sob o Esporte.

Como reflexo destas primeiras formulações críticas, visualiza-se o trabalho de Assis de Oliveira⁹. O autor, ao buscar uma “reinvenção do esporte”, dentro dos moldes apresentados por Kunz, Vago e Caparroz^{8,14,15}, contribuiu para a construção desse “esporte da escola”. Contudo, seu posicionamento teve como base principal as contribuições da metodologia “crítico-superadora” explanada pelo Coletivo de Autores⁷:

Em suma, um trato diferenciado e crítico do esporte não deve afastar os alunos do esporte criticado, mas dirigir esse contato através de uma “transformação” que garanta a preservação do significado, a vivência de sucesso nas atividades e a alteração de sentidos através da reflexão

pedagógica. Tudo isso dentro de um programa que dê conta do percurso do aluno no processo de apreensão do conhecimento, ou seja, de um currículo para a educação física⁹.

Assis de Oliveira⁹ vai além de apenas propor uma nova perspectiva para o ensino esportivo no âmbito escolar. Sua ideia demonstra uma ambição de reestruturar todo o currículo da Educação Física, aonde seja garantida uma educação voltada para o alcance dessa nova proposta didático-esportiva, baseada na metodologia “crítico-superadora”.

Ao remontar este conjunto de fontes^{7,8,9,14,15} visualizou-se que tais produções não se tratam tanto de uma ressalva para o Esporte em si, mas de uma abertura no campo acadêmico para que a Educação Física pudesse ver emergir uma forma mais autônoma de pensamento, sem estar tão vinculada e/ou subjugada ao fenômeno esportivo. Trata-se de uma questão mais de disputa epistemológica do que, de fato, um problema especificamente esportivo e/ou pedagógico. Assim, separando o Esporte da Educação Física e sublevando um novo olhar voltado para o primeiro, desenvolvido a partir de um pilar criado sob um momento de “crise” e “condenação” do Esporte, a Educação Física, segundo os intelectuais da “estirpe” crítica, poderia finalmente exercer um papel menos “rotulado” no âmbito escolar. Assis de Oliveira considera que todo esse caminho crítico que se percorreu foi um pressuposto para que pudesse realmente existir essa “reinvenção”. Em outras palavras, somente com o “veredito” condenando o “réu” é que se poderia pensar em uma “absolvição” para o “sentenciado”, no espaço escolar.

O pressuposto da possibilidade de reinvenção do esporte, além de fincado na atualidade da crítica ao capitalismo e na compreensão da escola como espaço de contradições, conflitos e disputas, articula uma determinada perspectiva teórica, de explicação e interpretação do esporte como dado cultural, no âmbito da escola, que seja capaz de promover a sua explicação, negação e superação⁹.

Nesse sentido, as fontes remontadas apontam em suas entrelinhas, que foi na tentativa de explicar, negar, condenar e superar o Esporte, necessariamente nesta ordem, que olhares epistemológicos críticos foram considerados os elementos necessários para a “absolvição” do fenômeno esportivo. O que se evidencia de mais “irônico” na perspectiva elencada acima, seria a necessidade do Esporte ser esclarecido por uma teoria que expusesse como se deu esse processo de julgamento, para que se alcançasse sua “absolvição”. Perpetua-se com isso o constante dissenso acerca do Esporte, pois se subleva todo um aporte acadêmico, perpetrando, dessa forma, apenas o ensino de uma aceção teórico esportiva, constituída a partir da ótica dos autores brasileiros de um incipiente âmbito acadêmico em ciências humanas da Educação Física. Porém, tais questões são “provas” a serem pormenorizadas em futuros “casos”...

Considerações Finais

A resposta de deus não chegou a ser ouvida, também a fala seguinte de Caim se perdeu, o mais natural é que tenham argumentado um contra o outro uma vez e muitas, a única coisa que se sabe de ciência certa é que continuaram a discutir e que a discutir estão ainda. A história acabou, não haverá nada mais que contar¹⁷.

Conforme aponta Saramago “a história acabou”, mas diferentemente deste, ainda pode-se afirmar que há ainda muito por discutir. Afinal, o Esporte, o principal “réu” dos anos 1980, foi “julgado” justamente? O que se verificou ao remontar as fontes é que há a necessidade de reformular a discussão. O que a história expôs sobre o “réu” é que a forma com que ele foi “julgado” e “condenado” pelo nascente discurso em ciências humanas da área acarretou sérias consequências para a Educação Física brasileira¹¹.

Percebe-se na análise das “provas” que a “condenação” do Esporte, se deu pela tentativa de uma demarcação de espaço dentro da esfera acadêmica. Afinal, os primeiros “promotores”^{2,3,5,6} foram buscar “provas” no âmbito acadêmico das ciências humanas para fortalecer seus discursos¹¹. Argumentações suficientes que proporcionassem a eles uma aceção de Esporte que levaria este a “corte”. Nesse “julgamento”, a acusação clamava por um olhar especial direcionado ao âmbito escolar, para tanto, apresentava uma compreensão do que o Esporte poderia causar à infância e à juventude, quando adentrasse o espaço escolar^{5,6,8}. As “provas” organizadas foram suficientes

para que o Esporte fosse “condenado”. Sua “sentença” consistia em alcançar uma nova prática, baseada em uma epistemologia crítica^{7,8,9,14,15}, e somente através deste novo viés é que o mesmo poderia alcançar a “absolvição”.

Nesse sentido, é possível afirmar que o Esporte ficou marcado pelos “promotores”, que fizeram dele o baluarte de seus primeiros “casos” ou, como se viu neste ensaio, os autores da Educação Física brasileira se utilizaram de uma aceção esportiva para incitar discussões no meio acadêmico e iniciar os primeiros estudos em torno da epistemologia, proporcionando, com isso, a valorização de um discurso que deram aos promotores do caso uma maior visibilidade e uma melhor posição no campo acadêmico brasileiro.

Para finalizar, esse olhar elencado para o contexto de “condenação” e “absolvição” do Esporte, reporta-se novamente a Saramago^{1,17}, sobre a necessidade de continuar a discussão, pois a única certeza que se tem sobre o “caso”, é que ainda é discutido – não mais pelos que participaram da “corte” sublevada para “julgar” o Esporte, mas por outros que ainda estão a procurar e a “remontar” as fontes para produzir, quem sabe, outras formas de pensamento sobre o Esporte.

Agradecimentos

O presente trabalho conta com o financiamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado Institucional – PNPDI Institucional, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Referências

1. Saramago, J. O Evangelho Segundo Jesus Cristo. São Paulo. Companhia das Letras, 2005.
2. Medina, J. P. S. A Educação Física cuida do corpo... e “mente”: Bases para a Transformação e a Renovação da Educação Física. Campinas: Papirus, 1983.
3. Oliveira, V. M. de. O que é Educação Física. São Paulo: Brasiliense, 1983.
4. Cavalcanti, K. B. Esporte para Todos: Um Discurso Ideológico. São Paulo: Ibrasa, 1984.
5. Bracht, V.A Criança Que Pratica Esporte Respeita as Regras do Jogo...Capitalista. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 7, n. 02, p. 62-68, 1986.
6. Betti, M. Educação Física e Sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.
7. Coletivo de Autores. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
8. Kunz, E. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.
9. Assis de Oliveira, S. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.
10. Bracht, V. Educação Física & Ciência: Cenas de um Casamento (In)Feliz. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
11. Feron, A. de V.; Moraes e Silva, M. A Igreja do “Diabo” e a Produção do Conhecimento na Educação Física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 29, n. 01, p. 107-122, Set 2007.
12. Bracht, V. Sociologia Crítica do Esporte: Uma Introdução. Ijuí: UNIJUÍ, 2003.
13. Vaz, A. F.; Torri, D. Do Centro à Periferia: Sobre a Presença da Teoria Crítica do Esporte no Brasil. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 28, n. 01, p. 185-200, Set 2006.
14. Vago, T. M. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente - Um diálogo com Valter Bracht. Movimento, Porto Alegre, ano III, n. 5, pp. 4-17, 1996.
15. Caparroz, F. E. Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola: a Educação Física como componente curricular. Vitória: CEFD-UFES, 1997
16. Henklein, A. P.; Moraes e Silva, M. A Concepção Crítico-Emancipatória: Avanços, Possibilidades e Limitações para a Educação Física Escolar. Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v.3, n.2, mar. 2007.
17. Saramago, J. Caim. Companhia das Letras. São Paulo, 2009.